

TERRA DE SANTO: PATRIMONIALIZAÇÃO DE TERREIRO EM PELOTAS

DAIANA OLIVEIRA FÉLIX DE OLIVEIRA¹; MARTA BONOW RODRIGUES²; PAULO BRUM³; SIMONE FERNANDES MATHIAS⁴; GUILHERME RODRIGUES DE RODRIGUES⁵; LOUISE PRADO ALFONSO⁶

¹Departamento de Antropologia e Arqueologia/ICH/UFPel – daianablack@live.com

²Departamento de Antropologia e Arqueologia/ICH/UFPel – martabonow@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – paulo.brum@ufpel.edu.br

⁴Departamento de Antropologia e Arqueologia/ICH/UFPel – simonefernandezpel@gmail.com

⁵Departamento de Antropologia e Arqueologia/ICH/UFPel – guilhermedr.rodrigues@gmail.com

⁶Departamento de Antropologia e Arqueologia/ICH/UFPel – louise_alfonso@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este texto visa apresentar o projeto “Terra de Santo: Patrimonialização de Terreiro em Pelotas¹”, bem como as atividades realizadas até o momento no âmbito deste projeto, tais como o grupo de estudos a respeito da temática e as primeiras saídas de campo, além de resultados parciais dessas ações de extensão universitária. O grupo de estudos inclui estudantes de graduação e pós-graduação da UFPel, bem como docentes e um técnico administrativo dessa instituição, que também é um dos líderes do terreiro que está sendo estudado.

O objetivo principal para a construção e criação deste projeto está centrado no planejamento do pedido de patrimonialização da Comunidade Beneficente Tradicional de Terreiro Caboclo Rompe Mato Ile Axé Xangô e Oxalá (CBTT), entidade de religião de matriz africana/afrobrasileira, que tem sua sede no bairro Jardim Europa, o qual se localiza próximo aos bairros Bom Jesus e Dunas, sendo que todos estes abrigam uma grande parcela de população em vulnerabilidade social da cidade. Esta proposta de planejamento surge através de uma demanda da própria comunidade afro-religiosa, a partir de um primeiro contato com a equipe de pesquisadores em 2015. Na ocasião, os líderes dessa casa, apresentaram o interesse em registrar tal entidade como bem cultural junto aos órgãos responsáveis por ações de patrimônio, uma vez que a história da criação da casa remonta à primeira metade do século XX.

Pretende-se realizar esse procedimento através de um ou mais órgãos responsáveis por registros de bens imateriais, na instância federal, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, estadual, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado/IPHAE-RS, ou municipal, através da Prefeitura Municipal de Pelotas.

É necessário frisar que o Patrimônio é uma referência de identidade nacional, uma forma de memória coletiva de um grupo e um importante modo de conhecimento sobre a relação entre passado e presente (NOGUEIRA, 2008). Portanto, fazer um pedido de tombamento é se utilizar do ato Institucional baseado em lei federal que protege um bem cultural da destruição e da descaracterização. Um instrumento atual, aplicado a bens imóveis, lugares e bens móveis (FREIRE, 2005, p.12).

Por muito tempo, no Brasil, o olhar para preservação se focava sobre o bem cultural material, as edificações que, até 1960, precisavam representar uma estética

¹Projeto vinculado ao GEEUR/UFPel (Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos) e teve seu início este ano. EQUIPE UFPel: Discentes: Daiana de Oliveira Félix de Oliveira, Guilherme Rodrigues de Rodrigues, José Francisco Rodrigues, Marta Bonow Rodrigues, Rafael Gastal, Simone Fernandes Mathias; Docentes: Louise Prado Alfonso (Coordenadora), Flávia Maria Silva Rieth; Técn. admin. do Centro de Artes: Paulo Brum; Membros Não-UFPel: Helenira Brasil Dias (Secretaria Municipal de Pelotas/SECULT)

histórica específica, de uma perspectiva elitista, contando a história dos colonizadores do país (JUNIOR, 2011). No entanto, ainda em 1937, cria-se o registro e inventário de bens como uma política de preservação, o qual passou por modificações valorizando, também, a cultura imaterial, ampliando o conceito de patrimônio. Essa transformação conta com a colaboração da área das Ciências Sociais (FREIRE, 2005).

Nesse processo de ampliação do entendimento sobre patrimônio, inicia-se a no Brasil na década de 1980 a valorização da diversidade cultural, considerando como patrimônio brasileiro o terreiro de Candomblé da Casa Branca na Bahia, a Serra da Barriga, em Alagoas (Quilombo dos Palmares), além da valorização de outras culturas originárias e imigrantes (FREIRE, 2005). No terreiro Casa Branca, o qual existe há mais de um século, tinha-se o interesse de preservar a sacralidade do lugar, portanto a comunidade buscou meios para a preservação desse espaço (FREIRE, 2005; VELHO, 2006).

Da mesma forma, a partir de uma visão mais ampla sobre o conceito de patrimônio, busca-se entender pontos essenciais que auxiliam no encaminhamento do pedido de patrimonialização do terreiro em questão. Para tanto, os objetivos desse projeto são: compreender as histórias de formação desse centro e das pessoas ligadas a ele; entender as relações entre humanos e não humanos, com foco na materialidade religiosa (objetos/artefatos); relacionar as atividades religiosas e sociais com outras casas, buscando entender as linhas afro-religiosas em Pelotas; identificar as redes que ultrapassam os limites do município, seja por atividade religiosa, seja por fornecimento de produtos utilizados para os eventos religiosos.

2. METODOLOGIA

A abordagem utilizada no projeto é multidisciplinar, pautada, especialmente, nas disciplinas de Antropologia e Arqueologia, atentando para as relações entre humanos e humanos/não-humanos e para olhares sobre a materialidade.

Os conceitos da etnografia são a base para o processo de pesquisa, porém, primeiramente, está sendo realizada revisão bibliográfica sobre a temática, com encontros quinzenais do grupo de estudos para discussão de textos, filmes e áudios.

O cotidiano do terreiro é acompanhado através de observação participante e entrevistas com os membros da casa e com pessoas das redes de relações já estão sendo realizadas.

Ainda são feitas investigações nas áreas de mídias eletrônicas, utilização de métodos audiovisuais, pesquisas históricas e geográficas e utilização de conhecimentos arquitetônicos, com mapeamento da região em que o terreiro se localiza, além de produção de planta baixa da casa para entender a utilização dos espaços e relações sociais que ali ocorrem.

Ao longo dos trabalhos, são elaboradas ações participativas junto à comunidade em questão, a partir de suas próprias demandas, cujo foco primordial centra-se no pedido de patrimonialização do terreiro. Essa ações estão sendo construídas conjuntamente entre universidade, estudantes, professoras/es, técnico em educação, profissionais colaboradoras/es e comunidade.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os debates no grupo de estudos são divididos por temáticas e, para este ano, as leituras estão centradas em: ampliação do conceito de patrimônio, com leituras sobre patrimônio imaterial, formas de registro da cultura afrobrasileira como bem patrimonial e tombamentos de terreiros afro-religiosos; legalização e registro desses terreiros junto aos órgãos competentes; história dos terreiros de matriz africana no Brasil; estudos etnográficos sobre cidades e a cidade entendida como bem cultural.

Além do grupo de estudos, foram realizadas, até o momento, três saídas de campo, as quais foram muito importantes para a observação do funcionamento da casa, tanto no âmbito religioso, quanto na esfera social, já que essa instituição tem participação ativa na comunidade pelotense, especialmente no bairro em que se localiza e arredores, onde atua diretamente com ações sociais de apoio a famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O primeiro campo foi realizado no dia 25 de maio deste ano, com objetivo principal de documentar uma festa de Pretos Velhos da linha de Umbanda. Nessa ocasião a equipe do projeto foi apresentada à comunidade religiosa, que compreende Nação e Umbanda. Nesse dia, o grupo fez observações sobre o espaço religioso e sobre a festa, conversou com alguns membros da casa e firmou, com os líderes religiosos, Iyalorixá Gisa de Oxalá e Babalorixá Paulo D'Xangô – Nação Cabinda, as regras a serem seguidas, o que poderia ser filmado, fotografado, e em quais momentos não seria permitido o uso de câmeras. As ervas utilizadas durante o ritual, os alimentos, os perfumes, os pontos cantados puderam ser observados durante a festa e alguns alimentos foram oferecidos aos presentes, incluindo o grupo do projeto. Um primeiro resultado concreto desse campo foi a produção de um vídeo² de aproximadamente 2 minutos em que são apresentados elementos materiais e pessoas envolvidas na casa no momento do ritual.

A segunda saída de campo caracterizou-se por focar nas observações sobre a espacialidade da casa. Nesse dia, o grupo foi dividido em duas equipes, uma entrevistando pessoas que participaram de obras no prédio ao longo dos anos e outra fazendo as medidas para criar uma planta baixa atual do lugar. Nas entrevistas, conversamos com os líderes Gisa e Paulo e, também, com o Sr. “Nenê” e o Sr. Arlindo, ambos membros de equipes que fizeram reformas no prédio, bem como construção de novos espaços. Observamos que o espaço físico é, primeiramente, voltado para as atividades religiosas; por ser um local que abrange as cosmologias de Nação Cabinda e Umbanda, conforme já mencionado. Há salas diferentes para os eventos de cada um dos cultos referentes a essas: existe o salão para Nação e o terreiro para Umbanda. Os jardins são de extrema importância, pois contém espécies sagradas e de uso nos rituais, tais como pitangueira, cinamomo, oru, boldo, espada-de-São-Jorge, etc. Para além desses locais, há uma sala para atender os alunos, onde são realizadas as aulas de reforço escolar e a cozinha – local de preparo das oferendas e axés, ponto de encontro dos filhos da casa e dos alunos que recebem lanche entre as aulas do período da tarde. Outra sala está sendo construída no segundo andar do prédio, para outras atividades como danças de origem africana e descanso dos membros da casa durante os dias de ritos religiosos.

Na terceira visita, membros do grupo acompanharam uma equipe na produção de um documentário sobre doces pelotenses utilizados nas religiões de matriz africana. Tivemos, dessa forma, a oportunidade de acompanhar o preparo dos doces e saber mais sobre a sua importância nesse espaço religioso. Por meio da preparação dos doces, foi possível entender um pouco sobre os Orixás a quem os doces são ofertados como canjica à Oxalá, quindim à Oxum, merengue à Yemanjá, entre outros. O fazer o doce nas terreiras é bem diferente das docerias, pois existe uma cumplicidade entre a pessoa que faz e o orixá que receberá. Dessa maneira, observa-se a cultura doceira de Pelotas de acordo com o que nos mostra o INRC – Produção de Doces Tradicionais Pelotenses (RIETH, 2008), demonstrando elementos básicos de contribuição das mãos negras nessa produção. Trazendo as

² Vídeo feito em parceria com o LEPPAIS – Laboratório de Ensino, Pesquisa e Produção em Antropologia da Imagem e do Som – ICH/

palavras do Paulo Brum: “Quando se faz o doce, se coloca a fé [...]. O negro trouxe a sabedoria.”

Por meio dessas reuniões do grupo e das primeiras visitas à instituição, percebemos que já é possível ter uma primeira compreensão sobre os elementos implicados no espaço religioso, desde a infraestrutura e os diferentes espaços da casa, as relações entre as pessoas ali envolvidas (tanto no âmbito religioso, como no assistencial), as relações entre humanos, entidades e materialidade nos processos ritualísticos.

4. CONCLUSÕES

Até o momento, podemos afirmar que o grupo já faz suas reflexões a partir de novos olhares sobre o patrimônio e sobre casas de matriz africana, o que ocorre tanto por meio das leituras e discussões, quanto pela etnografia. Essa transformação e quebra de paradigmas foi facilitada pela parceria entre o grupo de estudos e a instituição em questão, visto que há o fortalecimento das ações de pesquisa, extensão e ensino, pois os debates feitos no âmbito do projeto são levados para as salas de aula e, possivelmente, haverá produções acadêmicas individuais (TCCs, Dissertações, Teses) derivadas desse projeto.

É fundamental essa mudança de olhares através do conhecimento da casa e das ações religiosas e também das sociais, para que seja comprehensível a possibilidade de registro dessa instituição nos órgãos de preservação. E, para além da proposta de patrimonialização, há um anseio de casas de matriz africana no sentido de uma inserção maior da temática nas universidades, permitindo assim, visibilizar essas religiões com o intuito de reduzir as marcas históricas negativas atribuídas a elas. Ressaltamos também, a importância do projeto estar sendo desenvolvido a partir de uma demanda da própria comunidade, atendendo aos objetivos da extensão universitária voltada para a aproximação com sociedade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FREIRE, Beatriz. O Inventário e o registro do Patrimônio Imaterial: novos instrumentos de preservação. **Cadernos do Lepaarq: textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio.** Pelotas: Editora da UFPel, vol II, n. 3, 2005. pp. 11-19.
- JUNIOR, Nivaldo Vieira de Andrade. "Ampliações do conceito de patrimônio edificado no Brasil." **Reconceituações contemporâneas do patrimônio.** Bahia: EDUFBA, 2011. pp.145-170.
- NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Diversidade e sentidos do patrimônio cultural: uma proposta de leitura da trajetória de reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional. **Anos 90.** v. 15, n. 27, 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6745> (Acesso em 06/04/2016)
- VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. **Maná.** v. 12, n. 1, 2006 p. 237-248.